



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ATA DE REUNIÃO DA CONATRAE

Data e Horário: 17 de maio de 2018

Local: Ministério de Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar, Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria Nacional de Cidadania/MDH – Brasília – Distrito Federal – 70308-200

PARTICIPANTES

Nome	Órgão/Instituição
Andreia Minduca	CGCTE/DDDH/SNC/MDH
Gabriel Zerbetto Vera	CGCTE/DDDH/SNC/MDH
Akemi Kamimura	DDDH/SNC/MDH
Herbert Borges Paes de Barros	SNC/MDH
Sérgio Paulo Nascimento	SNC/MDH
Marília Ramos	Repórter Brasil
Ana Carolina Alves Araújo Roman	MPF
Débora Tito Farias	MPT
Fernanda Pereira	AGU
Lucia Helena Pigossi Neves	AGU
Maria Cristina Rodrigues do Paraiso	MDS
Flávia Alves de Oliveira Mundim	PRF
Janaína Costa de Oliveira Gadelha	DPF
Reinaldo Damacena	CNI
Ana Maria Santos Fidelis	CNI
Roberto Élito dos Reis Guimarães	SEAD
Vania Gomes Ataídes da Silva	CNA
Maurício Krepsky Fagundes	MTb
Otávio Morais Flor	MTb
Ricardo Lourenço Filho	ANAMATRA
Guilherme Guimarães Feliciano	ANAMATRA
Francisco Alan Santos Lima	CPT
Maria Fernanda Jorquera Briceño	CONATRAP/MJ
Mércia Consolação Silva	InPacto
Carlos Eduardo Chaves Silva	CONTAG
Ricardo Rezende Figueira	UFRJ
Humberto Adami Santos Júnior	CF/OAB

PAUTA

- 1) Coordenação – CONATRAE**
 - a. Abertura
 - b. Aprovação as Atas de reunião dos dias 12/12/2017 e 27/02/2018
 - c. Calendário Reuniões

- 2) Situação Coordenação-Geral da Conatrae (MPF)**

- 3) Ministério dos Direitos Humanos e posicionamento quanto a pauta de Combate ao Trabalho Escravo (MPF)**

- 4) Decisão da 4ª Turma do TRF-1 – Conceito de Trabalho Escravo (MPF)**

- 5) Operação do Grupo de Fiscalização Móvel em Roraima, em abril/2018 (MTb)**

- 6) Não Cadastramento de PIS de Trabalhadores Indocumentados pela da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)/MTb.**

- 7) Relação intersetorial para o atendimento às vítimas do trabalho escravo e introdução do Ministério da Saúde na comissão (MDS)**

- 8) Retomada da Pauta do Monitoramento e Avaliação do II Plano (Repórter Brasil)**

- 9) Informes:**
 - a. Encontro Nacional das Coetraes
 - b. GT Trabalho Escravo Doméstico
 - c. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 509/2018
 - d. Outros Informes

ABERTURA

Herbert – Abre a reunião com a leitura dos pontos da pauta. Apresenta o novo Secretário Nacional de Cidadania Adjunto e passa a palavra a cada um dos participantes da reunião para que se apresentem aos demais.

Andreia – Informa que a ata da reunião passada foi encaminhada a todos e indaga se há algum questionamento. Informa ainda a existência de um calendário anual e indaga se alguém tem alguma objeção às datas.

Herbert – Questiona se já há pauta para a próxima reunião e **Andreia** informa que ainda não foi formada. Após breve discussão sobre datas entre os participantes da reunião, ficou pré-acertada a próxima Reunião Ordinária para o dia 25/07, sendo a Extraordinária para o dia seguinte.

Herbert – Sugere ainda a ida de todos os membros da Conatrae ao encontro nacional das Coetraes, a ocorrer em setembro em Ilhéus/BA.

PONTOS DE PAUTA DA REUNIÃO

2) Situação Coordenação-Geral da Conatrae (MPF) &

3) Ministério dos Direitos Humanos e posicionamento quanto a pauta de Combate ao Trabalho Escravo (MPF)

Ana Carolina – Relata a preocupação com a ausência de um Coordenador-Geral da CGCTE. Ela destaca que desde o informe da saída do Adilson não houve a investidura de um novo dirigente, o que prejudica o bom andamento dos trabalhos. A procuradora relembra a presença do Secretário Executivo na última reunião, lembra o cancelamento das reuniões de integrantes da Conatrae com o Ministro e ausência do mesmo às reuniões da Comissão.

Herbert – Informa que a ausência da chefia também o incomoda e que desde o informe da saída do Adilson a SNC tem buscado um substituto para a posição. Tem buscado pela Esplanada e junto a outros colegas entrevistar pessoas para a posição. Lembra que Akemi tem acompanhado todas as reuniões e ainda conta com a presença de Andreia como Coordenadora. Algumas pessoas já recusaram a função e há pressa na busca por um nome para assumir a CGCTE. Sobre a reunião da Conatrae nesta data, o Secretário Executivo teria se manifestado ao SNC sobre algumas questões sobre a pauta, embora um compromisso urgente tenha o impedido de se fazer presente na reunião. A lista cuja segue como prioridade da temática no MDH e é também muito relevante a questão do conceito do trabalho escravo. O próprio SNC pretende interceder junto ao Ministro, tendo previsto nesta mesma data uma reunião com o mesmo. O Ministro irá atuar junto ao Presidente e a outros ministros para defender a pauta da Conatrae, em especial os pontos sobre a lista cuja e o conceito de trabalho escravo.

Carlos Eduardo – Lembra que na última reunião o Secretário Executivo teria informado que auxiliaria muito no tema e a pauta ganharia centralidade. A gestão da Ministra anterior foi ruim, mas a gestão atual tem sido ainda pior. A realidade atual transparece que o MDH está numa situação pior do que antes. O Ministro deveria ter um posicionamento mais claro, sendo que o governo Temer nunca foi um aliado na luta por esta temática. A data do dia 13/05 passou em

branco sem qualquer manifestação do Ministério. Carlos Eduardo acredita que há uma paralisia do tema na gestão atual. Os auditores estão em condições precárias, a despeito das denúncias. A Comissão perdeu a proatividade, a presença de Ministros deixou de ser uma constante. O governo Temer apenas trata a Conatrae como um órgão de aparências, tanto na gestão da Ministra quanto do Ministro. Não há confiabilidade nos atuais gestores, sendo a administração atual ainda pior que a anterior.

Carlos Eduardo – Rememora ainda que a ex-Ministra Luislinda apenas se fez presente em uma reunião da Conatrae após a aprovação pela mesma de uma moção de repúdio pela ausência da Ministra nas outras reuniões.

Herbert – Assume que de fato há dificuldades na estruturação da equipe, mas lembra que a gestão atual tem tido uma outra dinâmica em relação à anterior. O Ministro Gustavo está mais ativo que a Ministra, como no caso da política de drogas. Semanalmente há decretos sendo publicados sobre temas que estavam parados há algum tempo, como sinal de atividade do Ministro. Herbert reconhece que o tema do trabalho escravo ainda não está na agenda principal do Ministro e o SNC pretende interceder junto ao mesmo para tanto, podendo a Conatrae também buscar se reunir com o Ministro. O SNC pede desculpas por conta de um compromisso que terá às 10h30 e se ausenta.

4) Decisão da 4ª Turma do TRF-1 – Conceito de Trabalho Escravo (MPF)

Ana Carolina – Afirma que a questão da decisão do TRF4 trazida pelo frei Xavier causou estranheza em relação ao julgado. O processo foi distribuído no âmbito do MP a um ofício que estava vago, mas na data de ontem foi entregue à Dr.ª Michele Rangel. Ana Carolina acredita que é uma decisão isolada da 4ª Turma e não reiterada, vislumbra alguns recursos jurídicos possíveis, mas crê que as chances de sucesso são um pouco diminutas.

Andreia – Lembra que foi criado um GT sobre perseguição penal junto com a OIT e sugere retomar as atividades do grupo. Informa ainda a ausência da OIT nesta reunião por conta de discussões internas de planejamento estratégico.

Ana Carolina – Informa que também há um projeto já em andamento no MPF para levantamento de ações penais dos últimos dez anos. Os processos levam em média cinco, seis anos para serem julgados. O projeto visa melhorar os procedimentos, pois com a iniciativa busca ajudar a verificar que tipos de informações são recorrentes, de forma a tornar mais célere o cadastramento dos dados. A OIT pode auxiliar muito nesse sentido, inclusive com a contratação de estagiários para a mineração dos dados.

Sérgio – Se apresenta brevemente e diz precisar compreender melhor os detalhes da decisão para poder se alinhar com a discussão. Ele lê a notícia da decisão comunicada na imprensa.

Ana Carolina – Destaca que a ementa do acórdão vai de encontro a várias ementas do STJ, embora o teor da sentença seja diferente. A decisão se fundamenta na falta de provas, mas na ementa há uma expressão contraditória, em aparente violação à jurisprudência.

Débora – Afirma sentir o constrangimento da falta de priorização da pauta e também por parte da equipe do MDH na situação atual. Expressa que a falta de um Coordenador-Geral é um constrangimento, pois nenhum servidor estaria interessado no cargo pela problemática.

Ana Carolina – Lembra que o MDH não enviou sequer o ofício solicitando agenda com a Ministra Grace Mendonça da AGU, sendo preciso que o MPF enviasse o mesmo, o que é sintomático de tudo o que está ocorrendo.

Fernanda – Destaca que a AGU assume como prioridade a importância da reunião a ser realizada com a Ministra Grace.

Sérgio – Ressalta a relevância do tema para o Ministro de Direitos Humanos e espera poder contar mais com o mesmo proximamente.

Akemi – Sugere discutir no âmbito do GT Penal sobre a continuidade do levantamento das ações penais. Mércia indaga quem compõe o GT e Andreia informa serem o MDH, OIT, CPT, MTb, Repórter Brasil, MPF e OAB.

Ricardo – Diz que há importância da inclusão de membros do GT afeitos à área trabalhista, não apenas da justiça federal, uma vez que a justiça trabalhista possui muitos programas voltados para o tema do trabalho escravo. Ele informa que a Anamatra também gostaria de tomar parte no GT, especialmente se for discutido o conceito de trabalho escravo. **Ana Carolina** apoia a entrada da Anamatra no GT.

Sérgio – Afirma que o Grupo de Trabalho está aberto à presença de novos membros, seguindo o escopo do GT.

Ana Fidelis – Registra que a CNI também tem interesse em compor o GT.

Mércia – Informa que a InPacto também criou um GT Jurídico para auxiliar as empresas participantes do instituto, de forma que seria muito produtivo se o coordenador do GT Jurídico puder participar do GT Penal.

Janaína – Ressalta a intenção da DPF em também participar do GT, como polícia judiciária da União.

Andreia – Destaca o aumento do tamanho do GT, sugerindo a redução do tamanho do grupo para maior coesão.

Carlos Eduardo – Sugere inserir a apresentação das discussões do GT para a Reunião Extraordinária, havendo aquiescência de todos.

Sérgio – Confirma que nessa Reunião será tratado como tópico da pauta a questão da decisão do TRF1 debatida pelo GT, mantido o Grupo de Trabalho menor.

5) Operação do Grupo de Fiscalização Móvel em Roraima, em abril/2018 (MTb)

Maurício – Informa que a operação teve um caráter distinto pois houve uma sondagem com ONGs locais para compreender a realidade do tema. Haveria denúncias diversas que motivaram a montagem de ação do GEFM. Quatro trabalhadores resgatados, três venezuelanos e um brasileiro. Muito produtiva a parceria com a assistência aos trabalhadores resgatados. Três dias de atividade de fiscalização. Presença de dois professores de espanhol da UFRR para auxílio na tradução. Repórter Brasil acompanhou a fiscalização e fez uma matéria sobre o caso.

Sérgio – Lamenta a carência de auditores e sugere a presença do MTb no grupo da Casa Civil sobre os refugiados.

Andreia – Lembra que o estado de Roraima assinou o Pacto, mas ainda não instalou sua Coetrae, precisando de auxílio do Conselho para essa articulação.

Francisco – Sugere a fiscalização junto às casas de prostituição em Roraima, com muitos venezuelanos nesse ramo.

Fernanda – Informa que haverá reunião sobre o tema futuramente e pede ajuda da CPT para auxílio.

Maurício – Diz que há cinco auditores em Roraima e a auditora chefe é Taís Castilho, ao menos até agosto. Qualquer tipo de demanda pode ser encaminhada ao Maurício para que o mesmo repasse ao DETRAE. Ele ainda afirma que é preciso ponderar o investimento para o Grupo Móvel em operações com grande potencial de efetividade.

Akemi – Informa ainda que a servidora do MDH Claudia Giovanetti também está acompanhando o tema, sendo esta assessora para assuntos sobre refugiados.

Carlos Eduardo – Sugere interação da Conatrae com a Conatrap.

7) Relação intersetorial para o atendimento às vítimas do trabalho escravo e introdução do Ministério da Saúde na comissão (MDS)

Maria Cristina – Lembra a importância do acompanhamento da assistência social aos resgatados, em especial para que os trabalhadores não retomem o trabalho como escravos. É importante a introdução de outras políticas públicas no resgate, como no tratamento de saúde – por isso sugere a inclusão do MS no tema. A Coordenação da servidora Maria Cristina inclusive tem um programa de combate ao trabalho infantil.

Sérgio – Informa que é preciso avaliar quem seria o interlocutor no MS para tal tratativa e considera produtiva a inserção da pasta no tema do trabalho escravo.

Maria Fernanda – Afirma que já têm parceria com o Ministério da Saúde e pode auxiliar no contato com a pasta.

6) Não Cadastramento de PIS de Trabalhadores Indocumentados pela da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)/MTb.

Maurício – Diz ser comum encontrar trabalhadores sem documentação. Geralmente é entregue uma carteira de trabalho provisória, com uma guia de seguro-desemprego encaminhada a Brasília. Em fevereiro deste ano os resgatados informaram que após um mês ainda não havia mais resgate disponível. A Caixa teria detectado uma fraude no seguro-desemprego e passaram apenas ao cadastro digital, sendo que a carteira de trabalho provisória é apenas física (manual). Já chegaram a 30 casos de trabalhadores com dificuldades de saque. Após intervenção do MTb, a Caixa cadastrou alguns trabalhadores, mas faltam outros. Em 30/04 foi enviado novo ofício ao

SPPE questionando a situação, e o SPPE se manifestou como incompetente para intervenção junto à Caixa para solução do problema.

Ana Carolina – Põe para discussão junto à Caixa e indaga se valeria a pena imediato procedimento de investigação (inquérito civil) do MPF.

Sérgio – Lembra que a Fazenda tem competência intervir no caso, e não seria prudente ainda abrir a investigação sem antes esgotar os contatos com os intervenientes possíveis.

Ricardo – Acredita que há uma certa leniência por parte do governo, sugerindo a medida mais drástica possível desde já.

Sérgio – Se compromete à convocação o mais breve possível de uma reunião – inclusive com a Caixa – para a resolução do tema. **Ana Carolina** pede para participar da reunião.

Mércia – Relembra que há muito que a Caixa não atua adequadamente no combate ao trabalho escravo.

8) Retomada da Pauta do Monitoramento e Avaliação do II Plano (Repórter Brasil)

Marília – Relembra as discussões que começaram em 2016 para a formulação do III Plano Nacional, sendo preciso antes o monitoramento do II Plano. A ONG fez um projeto piloto em contato com diversos órgãos. A OIT e a Repórter Brasil irão fazer a seleção de um consultor para realizar o monitoramento com urgência. Uma vez que haja resultado este será trazido à Conatrae. Em agosto a ONG pretende lançar a carta-compromisso para o trabalho escravo para encaminhamento aos candidatos à Presidência, como tem sido feito desde 2006. Muitos candidatos apenas têm um primeiro contato com o tema por meio da carta. Lembra que a Coetrae/SP nasceu através dessa carta.

Ana Maria – Sugere que se circule pela Comissão o conteúdo da carta antes do envio. Sérgio sugere o envio da mesma aos participantes da Conatrae.

Mércia – Lembra da demanda da revisão do decreto que criou a Conatrae e indaga se o assunto está ainda em pauta, sendo que havia ainda um GT.

Sérgio – Diz que atualmente tem havido o foco na montagem do secretariado-executivo da Comissão, sendo preciso ainda discussões para nivelamento do tema. Sérgio espera ter a equipe da CGCTE completa até a próxima reunião em caráter prévio.

Mércia – Sugeriu o nome de André Roston para Coordenador-Geral da CGCTE. Ana Carolina lembra que quando a Flavia saiu ela havia inclusive indicado esse nome para a Ministra.

9) Informes

Andreia – Lembra dos compromissos do Pacto Nacional, como o da criação das Coetraes. Apresenta ainda o programa GloAct, que irá ajudar na realização do Encontro Nacional das Coetraes em Ilhéus/BA.

Sérgio – Informa que na data de ontem houve reunião com os gestores estaduais de Direitos Humanos neste Ministério.

Akemi – Destaca que foi discutida a criação e funcionamento das Coetraes, em especial com o representante de Roraima, que não aderiu ao Pacto. A Diretora também tratou sobre a transversalidade do tema de trabalho escravo com o tráfico de pessoas.

Sérgio – Lembra que houveram muitas mudanças nas secretarias estaduais, o que prejudicou o diálogo contínuo.

Andreia – Também informou sobre o GT de Trabalho Doméstico, cujas reuniões ocorreram desde outubro de 2017. Apresentou os principais desafios do GT e citou alguns casos discutidos. Convida os membros da Comissão para o próximo workshop, em junho. Andreia diz que sobre a ADPF nº 509 houve solicitação por parte da AGU de manifestação por parte de alguns órgãos, como o MDH.

Ricardo – Informa que estão prontos os cinco episódios documentais sobre trabalho escravo. Deve ser veiculado ao final do ano, ficando disponível na plataforma da HBO, mas podendo vir a ser veiculada de outras formas. O professor também relembra a reunião científica que ocorrerá no segundo semestre e explica brevemente as regras de participação. Trabalhos serão publicados em revistas científicas. Apresenta a diversidade dos participantes do evento, sendo este aberto ao público e colado à reunião da Conatrae.

Maurício – Informa o lançamento esta semana do Radar da SIT, com um módulo sobre trabalho escravo, uma ferramenta de *big data*. Está no site <https://enit.trabalho.gov.br/radar>, para consulta aberta à qualquer pessoa.

Carlos Eduardo – Relembra ação sobre o caso da MSC. Há pouco foi estabelecida na justiça uma indenização de cerca de 130 mil reais aos trabalhadores.

Flávia – Informa sobre o mapeamento sobre a exploração sexual ao longo das estradas, publicado no site da PRF, com diminuição do pontos de exploração.

Débora – Diz que pessoas devem estar desestimuladas a assumir a CGCTE, por desprestígio ao tema. Não basta que o MDH concorde com a lista suja e outras pautas do tema, mas agir proativamente.

Ana Carolina – Retoma o ponto anterior, sobre a questão do ofício que não partiu do MDH, mas do MPF, o que evidencia um desalinhamento entre os órgãos.

Mércia – Diz que há uma desmobilização do setor privado no engajamento para a luta contra o trabalho escravo, num fluxo oposto aos movimentos no exterior. O Brasil pode enfrentar inclusive barreiras comerciais. A África do Sul acusou o Brasil na OCDE de *dumping* por uso de trabalho escravo na exportação de frango.

Herbert – Ressalta a dificuldade de encontrar um gestor que se disponha a assumir a Coordenação-Geral. A gestão volta a ser articuladora em comparação à anterior. A saída do Adilson trouxe uma certa desmobilização interna. Solicita à Comissão que se apresentem nomes para se indicar à chefia da CGCTE. O Ministro tem proximidade com as pautas de Direitos Humanos e tem atuado em prol da temática. O SNC sugeriu levar os pontos importantes da Conatrae ao Ministro para que ele possa articular da maneira que for possível. Por estarmos num governo com diferentes linhas de pensamento, por isso há um desafio maior, mas com a gestão atual há uma possibilidade de mais avanços.

Maurício – Relatou alguns problemas técnicos no começo do ano que afetaram uma fiscalização, que acabou cancelada. Há uma defasagem de auditores do trabalho, de forma que o Ministério já solicitou a realização de novo concurso público, que não ocorre desde 2013 (posse em 2014). A queda nas operações de resgate de trabalhadores escravos ocorreu

Débora – Sugere que uma comissão executiva da Conatrae se encontre com o Ministro antes da reunião de 25/07. **Herbert** concorda com a ideia.

Mércia – Propõe que o Ministro convoque empresas nos estados que assinaram o Pacto para que também se comprometam. **Herbert** aprova a ideia, informando não ter sido feita ainda.

Carlos Eduardo – Afirma que é preciso ser cauteloso na abordagem com o Ministro, pois não está clara a posição do Ministro. **Mércia** lembra das Reuniões Extraordinárias onde os temas estavam sendo aprofundados.

Ficam definidos os representantes que podem compor a comissão executiva: Contag, CNI, CPT, MPF, MTb. Dentre os pontos a serem debatidos com o Ministro está a cobrança aos estados sobre a questão das Coetraes, além de uma conversa acerca da política de combate ao trabalho escravo no âmbito do Ministério.

Carlos Eduardo – Pondera que o problema de se levar uma manifestação ao Ministro é preciso que a Conatrae tenha coesão em suas próprias proposições.

Débora – Sugere essa abordagem ao Ministro para que este possa expressar seu posicionamento em relação às bandeiras da Comissão.

Maurício – Passou a apresentar na tela do projetor o módulo de trabalho escravo no Radar. **Marília** indaga sobre como se dará a atualização do site, e Maurício informa que será mensalmente a atualização.

Carlos Eduardo – Indaga Maurício a frequência com que a Lista Suja deveria ser atualizada, que informa que as atualizações estão sendo semestrais.

Vania – Indaga sobre os dados do Radar, que podem levar a um equívoco de quem analisa o Radar, uma vez que se pode confundir número de trabalhadores encontrados em condição análoga à escravidão com o número de fiscalizações.

Reinaldo – Parabeniza o MTb pela iniciativa e reverbera a posição do CNA, para que se esclareça o total de fiscalizações *versus* o número de trabalhadores escravos. **Maurício** destaca que, mesmo no caso onde não houve resgate, a fiscalização serve como uma ação preventiva, a fim de demonstrar a atuação do Estado.

Marília – Lembra que a iniciativa do MTb é uma página de transparência do ministério, o que não implica em obrigação algum por parte do MTb.

Reinaldo – Reitera que a ferramenta do MTb pode ser usada para a formulação de políticas públicas, e por tal maneira a discriminação dos dados no Radar deveria ser mais clara.

Maurício – Informa que está aberto à sugestões para levar à ENIT para aprimoramentos pelo e-mail mauricio.fagundes@mte.gov.br.

Herbert – Indaga se há informações sobre os trabalhadores escravos que são imigrantes, e **Débora** relembra que o tema foi discutido no tópico 5 desta Reunião Ordinária.

Maurício – Relembra o primeiro flagrante de trabalho escravo com estrangeiros no estado de Roraima, em 2016, com quatro venezuelanos e dois cubanos em uma fábrica de estruturas metálicas. De 2017 para cá são dez imigrantes resgatados em Roraima. **Mércia** informa que esse tipo de informação é crucial para a mobilização do empresariado.

Débora – Afirma que independentemente das ações em relação aos trabalhadores com problemas na Caixa, ela e Ana Carolina irão fazer uma recomendação para que seja feito o pagamento dos trabalhadores.

Humberto – Afirma que na OAB ainda não há uma linguagem homogênea sobre a conceituação do trabalho escravo. Alerta que a Conatrae tem uma sub-representação dos advogados, com enfoque no Ministério Público. Os advogados teriam muito a contribuir por sua força política.

Ana Carolina – Sugere que o CF/OAB poderia entrar como *amicus curiae* ao caso da ADPF nº 509.

Humberto – Acredita que o trabalho da advocacia brasileira tem sido relegado a um segundo plano, tendo uma contribuição muito maior a oferecer nesta temática. A OAB pode auxiliar na questão do ADPF e ele irá tentar articular junto ao presidente da Ordem e ao procurador constitucional. Humberto lembra também que realizou evento sobre o caso da Fazenda Brasil Verde. Advogados tem inclusive atuado no pós-resgate dos trabalhadores escravos, tendo inclusive sofrido ameaças à vida.

Carlos Eduardo – Sugere uma conversa com a OAB para buscar compreender a posição da mesma em relação ao tema do trabalho escravo. Na última reunião o representante da OAB teve uma voz totalmente dissonante do posicionamento da Conatrae.

Humberto – Concorde com as reações da CONTAG. Rememora que o Conselho Federal da OAB é um colegiado plural, formado pelas 27 seccionais, por isso nem sempre o posicionamento da mesma é célere e bem definido.

Marília – Publicou há alguns minutos a questão da filipinas escravizadas foi publicada no site da Repórter Brasil.

Ana Maria – Cumprimenta a nomeação de Herbert. Ela menciona uma matéria de Veja que relatou alguns pontos de uma Reunião da Conatrae e que teria inferido que CNI e CNA teriam tido uma atuação para afrouxar as discussões sobre o trabalho escravo, o que seria inverossímil. Ana Maria leu ainda uma nota institucional informando que a CNI apoia o combate ao trabalho escravo. Por fim, deixou registrado pedido para que na próxima Reunião Ordinária se constasse na pauta a questão da não-publicidade da nota da Conatrae, elaborada pelo subgrupo.

Marília – Informa não ter compreendido a manifestação da CNI. Ana Maria ressalta os quatro assuntos que abordou. Primeiro foram as boas-vindas ao SNC. Segundo foi a questão do conceito do trabalho escravo. Terceiro foi a matéria de Veja sobre a reunião de agosto de 2017 na qual uma repórter da revista participou.

Carlos Eduardo – ressalta que na reunião de agosto a CNI e a CNA não trouxeram os casos concretos de exagero da fiscalização que ficaram de trazer.

Marília – Afirma que acredita que a matéria parecia uma matéria mais opinativa, com base na visão da repórter.

Maurício – Exibiu um vídeo da ENIT e posteriormente Herbert encerrou a Reunião.

ENCAMINHAMENTOS

- 1) A ata do dia 12/12/2017 foi aprovada e a do dia 27/02/2018 colocada em pauta para aprovação na próxima reunião ordinária.
- 2) Foi definido novo calendário conforme ilustração abaixo.
- 3) Será retomado o GT para tratar sobre a perseguição penal nos crimes de trabalho análogo ao de escravo. Componentes: MDH, OIT, CPT, MTb, Repórter Brasil, MPF e OAB. A OIT irá coordenar o grupo. A Coordenação-Geral irá entrar em contato com a OIT para iniciarmos as reuniões do GT. Na medida em que forem sendo realizados os trabalhos os resultados serão apresentados ao colegiado.
- 4) Serão retomadas as Reuniões Extraordinárias, considerando decisão do TRF-1, em que limita o conceito de trabalho escravo a privação de liberdade, foi reacendida a discussão, assim serão retomados os pontos já discutidos nas reuniões extraordinárias e será colocado também como ponto de pauta para a próxima reunião o resultado do GT sobre perseguição penal.
- 5) MPT solicitou a inclusão no Grupo de Trabalho da Casa Civil o qual está tratando sobre a situação dos refugiados e informou que irá convidar o MDH para se juntar à reunião do grupo que estão tratando sobre o mesmo assunto.
- 6) A Coordenação-Geral articulará uma agenda com a Caixa Econômica Federal, para tratar sobre a situação do não cadastramento de PIS de trabalhadores indocumentados pela da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). Participarão da reunião as seguintes instituições: MPF; MPT; MDH e MTb.
- 7) A Coordenação-Geral articulará uma agenda com o Ministro dos Direitos Humanos para que este receba uma comissão da Conatrae, composta por MPF; CONTAR ou CPT; CNI e MTb, para uma conversa acerca da política de combate ao trabalho escravo no âmbito do Ministério.

CALENDÁRIO 2018 REUNIÕES DA CONATRAE	
Atividade	Data
Reunião Ordinária	27/02/2018
Reunião Extraordinária	28/02/2018
Reunião Ordinária	17/05/2018
Reunião Ordinária	25/07/2018
Reunião Extraordinária	26/07/2018
Reunião Ordinária	28/08/2018
Reunião Ordinária	22/10/2018

(em conjunto com o Encontro Científico em BH/MG)

Reunião Ordinária

11/12/2018